
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

JULIANA ALVES MESSIAS DA SILVA

**EDUCAÇÃO DOS/AS BEBÊS: CUIDADO E
DESENVOLVIMENTO CAMINHAM JUNTOS**

JULIANA ALVES MESSIAS DA SILVA

EDUCAÇÃO DOS/AS BEBÊS:
CUIDADO E DESENVOLVIMENTO CAMINHAM JUNTOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Biociências – Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do grau de licenciada em Pedagogia.

Orientador: Andreia Osti

Coorientador: Peterson Rigato da Silva

Rio Claro - SP
2024

S5
86e

Silva, Juliana Alves Messias da
Educação dos/as bebês: cuidado e desenvolvimento caminham
juntos / Juliana Alves Messias da Silva. -- Rio Claro, 2024
25 p.

Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura - Pedagogia) -
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Biociências, Rio
Claro

Orientadora: Andreia Osti

Coorientador: Peterson Rigato da Silva

1. Creche. 2. Educação de bebês. 3. Assistencialismo. I. Título.

JULIANA ALVES MESSIAS DA SILVA

EDUCAÇÃO DOS/AS BEBÊS: CUIDADO E DESENVOLVIMENTO CAMINHAM JUNTOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Instituto de Biociências – Câmpus de Rio Claro, da
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita
Filho”, para obtenção do grau de Licenciada em
Pedagogia

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Andreia Osti (orientador)

Prof. Dr. Peterson Rigato da Silva (coorientador)

Prof. Dr. César Donizetti Pereira Leite

Prof. Dra. Maria Antônia Ramos de Azevedo

Aprovado em: 04 de junho de 2024

Assinatura do discente

Assinatura do(a) orientador(a)

Assinatura do(a) coorientador

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais pelo apoio incondicional durante toda a graduação, a confiança deles em relação a minha capacidade de realizar meus sonhos é o que me motiva a continuar. Sem o amor, a confiança e o incentivo para perseguir meus sonhos, não teria chegado até aqui. Além disso, gostaria de estender meus agradecimentos ao professor Peterson. Sua orientação e apoio foram fundamentais para o meu desenvolvimento neste trabalho. Hoje, olhando para trás, sinto um profundo sentimento de realização e gratidão; aos meus pais, aos professores e professoras que fizeram parte dessa jornada e aos amigos e amigas que conquistei ao longo do caminho. Encerro este capítulo da minha vida com um coração cheio de felicidade por ter tido a oportunidade de me formar na Unesp, em uma profissão que me inspira profundamente, além de ser em uma instituição que me proporcionou não apenas conhecimento acadêmico, mas também crescimento pessoal e amizades que levarei para vida.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo discutir a importância de bebês de 0 a 3 anos estarem dentro das creches, trazendo a relação de cuidado e desenvolvimento, além de discutir a visão assistencialista que se tem em relação à educação infantil, e especificamente, em relação à educação de bebês. Em primeiro momento, foi apresentado um breve contexto histórico da criação das creches, bem como sua finalidade na época. Em seguida, foi apresentado a importância da relação entre professor(a) e bebê para o desenvolvimento infantil, e também como ferramenta para a superação do assistencialismo. Se trata de uma pesquisa bibliográfica, onde foram escolhidos alguns artigos, dissertações e teses que debatem os temas de educação infantil, desenvolvimento infantil, o cuidado na relação entre professor(a) e bebê, além de trazerem o debate sobre assistencialismo dentro da educação infantil e a permanência dessa visão em relação a essa etapa da educação.

Palavras-chave: Creche; Educação de bebês; Assistencialismo

ABSTRACT

The aim of this research was to discuss the importance of babies aged 0 to 3 being in daycare centers, bringing up the relationship between care and development, as well as discussing the welfare view that is held in relation to early childhood education, and specifically in relation to the education of babies. First, a brief historical context of the creation of nurseries was presented, as well as their purpose at the time. This was followed by a presentation of the importance of the relationship between teacher and baby for children's development, and also as a tool for overcoming childcare. This is a bibliographical study, in which some articles, dissertations and theses were chosen that debate the themes of early childhood education, child development, care in the relationship between teacher and baby, as well as bringing up the debate on welfare within early childhood education and the permanence of this view in relation to this stage of education.

Keywords: Nursery school; Baby education; Welfarism

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DAS CRECHES: UM BREVE CONTEXTO HISTÓRICO	11
A IMPORTÂNCIA DA RELAÇÃO PROFESSOR(A) E BEBÊ	14
CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
REFERÊNCIAS	23

INTRODUÇÃO

Quando pensamos sobre a vida cotidiana de uma creche pública, prontamente surge a ideia de cuidado, uma visão que é ainda pautada nas questões biológicas e da assistência, sendo presente na educação de crianças pequenininhas. Nesse sentido, surgiram algumas questões acerca da visão que se tem da creche, do caráter assistencialista que persiste sobre essa etapa da educação, e ainda, sobre a importância da faixa etária de 0 a 3 anos estar inserida na creche. Esses questionamentos surgiram quando comecei a ter contato com os(as) bebês¹ como auxiliar de ação educativa² no município de Piracicaba-SP. Naquele espaço, tive a oportunidade de acompanhar duas turmas³ na faixa etária de até 3 anos e observar de perto um pouco do que ocorre dentro das creches. A partir desses momentos, tive curiosidade em entender a importância de crianças tão pequenas estarem naquele lugar.

Primeiramente, é importante reconhecer que o acesso à educação infantil é um direito garantido por lei no Brasil. De acordo com o Artigo 29, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, o direito à educação infantil é garantido para crianças de 0 a 6 anos. Se trata de um grande avanço para essa etapa da educação, pois por meio dessa lei, conseguimos assegurar que o desenvolvimento dessas crianças também seja responsabilidade do Estado, além de trazer reconhecimento da importância dessas instituições para os(as) bebês e crianças, desde os primeiros meses de vida (BRASIL, 1996). Ainda no artigo 29, da Lei nº 9.394/1996 é ressaltado que a educação infantil precisa priorizar o desenvolvimento integral das crianças, envolvendo propostas que sejam capazes de desenvolver os aspectos: motores, cognitivos, socioemocionais e linguísticos (BRASIL, 1996).

¹ Para evidenciar a presença do gênero feminino dentro das creches, principalmente por se tratar de um ambiente predominantemente feminino, será utilizado durante o trabalho os pronomes feminino e masculino, deixando de lado o masculino genérico na escrita.

² Trata-se de cargo público no município de Piracicaba, onde a principal atribuição diz respeito ao auxílio nas atividades propostas pelas(os) professoras(es) em sala de referência, bem como durante as refeições e momentos de higiene das crianças e bebês. Cargo existente dentro das escolas de educação infantil do município.

³ Acompanhei essas turmas no ano de 2022.

Entretanto, a garantia do direito ao acesso não determina a qualidade da educação que os(as) bebês e crianças recebem. É preciso se atentar para o que ocorre dentro das creches, com a finalidade de perceber se esse desenvolvimento previsto por lei está sendo garantido, ou se ainda persiste na prática apenas a ideia assistencialista da educação infantil.

A necessidade de refletir criticamente sobre essa etapa da educação vem do próprio questionamento do papel da creche e do(a) professor(a) que está com os/as pequenos/as, se trata de um caráter assistencialista ou transformador? Sua finalidade é apenas cuidar ou garantir o desenvolvimento integral do(a) bebê? Durante os meses que estive com essas turmas, foi possível perceber que muitas famílias deixavam suas crianças na creche para conseguir trabalhar, enxergando a creche como um espaço seguro para deixar seus filhos e suas filhas enquanto estão ausentes. Mesmo tendo essa finalidade do ponto de vista das famílias, ali era um espaço de aprendizagem e desenvolvimento, o que me trouxe outro questionamento: como tornar evidente que a creche é um ambiente importante para os(as) bebês e que estão ali para além de serem cuidadosos?

Abordando a relação professor(a) e bebê, é notável que a visão que o(a) professor(a) presente na creche tem em relação ao bebê é muito importante. De acordo com Bufalo (1997), a criança deve ser vista como alguém que vai para a creche conviver com outros adultos, com crianças de diferentes idades, e justamente ao explorar essas diferenças, possui a oportunidade de viver várias experiências. Todo esse processo contribui para seu desenvolvimento.

Sendo assim, é possível perceber que a educação infantil, especificamente a creche, é uma etapa em que as(os) bebês começam ter suas primeiras experiências com o mundo fora do ambiente familiar. De acordo com Oliveira; Donelli; Charczuk (2020), a educação infantil precisa considerar as subjetividades no processo de desenvolvimento, deixando para trás a ideia de que a creche é um espaço assistencialista. A creche deve ser vista como um espaço onde o desenvolvimento e o cuidado sejam parte de um todo, sem sobressair ao outro. Cabe ao(a) professor(a) e a instituição assumir o compromisso de garantir aos(as) bebês um ambiente que atenda suas necessidades básicas, mas que também esteja interessado em desenvolver habilidades que o auxilie como ser social e ativo (OLIVEIRA, DONELLI, CHARCZUK, 2020.)

Nesse sentido, essa pesquisa se faz necessária para entender a importância das creches para a educação de bebês, discutindo a relação de

cuidado e desenvolvimento como partes que devem estar juntas. Além disso, colocar em pauta (as)os bebês na educação infantil. De acordo com Rosenberg (2015), quando é citada a educação infantil, nota-se uma ênfase na etapa da pré-escola, onde as(os) bebês são ignorados; a autora completa seu pensamento considerando que “em nossas reflexões acadêmicas e ações políticas o silenciamento sobre os bebês constitui discriminação. Silenciar sobre as especificidades das creches também significa discriminação” (2015, p.170). Desta forma, considero de extrema importância discutir sobre a educação das(os) pequenininhas(os), que vem avançando, mas que ainda carrega um fardo assistencial.

Para conseguir abordar todos esses questionamentos referentes às creches, esse trabalho vai em primeiro momento, fazer uma breve discussão sobre a criação das creches, qual sua finalidade para as famílias, para as crianças e para o Estado; nesse momento, será possível observar o nascimento da ideia assistencialista em relação a essa etapa da educação, trazendo reflexões importantes sobre a persistência desse pensamento na atualidade. Em seguida, será abordada a importância da relação entre os(as) bebês e o(a) professor(a) para o desenvolvimento dos(as) bebês, bem como se tem dado a superação do assistencialismo dentro desses espaços. Todos esses aspectos serão considerados para compreender os objetivos da pesquisa que aponta a importância dos(as) bebês de frequentar as creches; produzindo pensares sobre a importância das creches para o desenvolvimento dos (as) bebês, além de discutir sobre a visão assistencialista que persiste sobre a educação infantil.

A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DAS CRECHES: UM BREVE CONTEXTO HISTÓRICO

De acordo com Aguiar (2001), é necessário apreender as raízes históricas de um fenômeno educativo para compreendê-lo. Sendo assim, neste capítulo, iremos brevemente revisitar o contexto em que as creches surgiram, para entender a finalidade de sua criação, e se essa finalidade persiste nos dias atuais.

Em primeiro momento, é preciso destacar que com o início do processo de industrialização, e com as mulheres sendo integradas no mercado de trabalho, surgiu uma necessidade urgente para a época; as mulheres que antes estavam em seus lares para cuidar das crianças, agora estavam trabalhando dentro das fábricas, sendo assim, precisavam de um espaço para deixar seus(suas) filhos(as), enquanto enfrentavam a necessidade de deixar seus lares e o trabalho doméstico, para assumir o trabalho dentro das fábricas.

Essa modificação foi sentida principalmente pelas mulheres das classes mais pobres, que tiveram que assumir o trabalho assalariado para garantir a própria sobrevivência da família, tornando-se muitas vezes o chefe da casa. (AGUIAR, 2001, p.31)

Ainda de acordo com Aguiar (2001), esses espaços tinham caráter assistencial- custodial, onde a prioridade era garantir alimentação, higiene e segurança física. Não era pensado dentro das creches, as questões sobre aprendizagem, desenvolvimento cognitivo, social e afetivo. Sendo assim, se tratava de um espaço que existia apenas para acolher a necessidade das pessoas pobres trabalhadoras.

O trabalho realizado junto às crianças no decorrer deste período - década de 30 a 60 - nas creches era de cunho assistencial-custodial. O cuidado era com alimentação, higiene e segurança física das crianças. Um trabalho voltado para a educação, para o desenvolvimento cognitivo e afetivo das crianças atendidas por esse tipo de instituição, não era cogitado e nem valorizado. Ou seja, dentro da história da creche, ela nasce para acolher os pobres e mesmo a partir da década de 1940, com a intensificação das políticas populistas, o atendimento em creches continuou a ser predominantemente assistencialista. (AGUIAR, 2001, p. 32)

Segundo Aguiar (2001), se intensificou a ideia do assistencialismo em relação às creches pós 1964 no Brasil, durante os governos militares. Ainda, esse serviço de apoio às famílias era visto como um favor, ou seja, a creche ainda não

era vista como um direito das famílias e principalmente das crianças, era visto como uma benevolência do Estado para os pobres.

No período dos governos militares pós-1964, as políticas sociais adotadas no nível federal e estadual intensificam a ideia de creche como espaço de assistência à criança pobre, como sendo um favor prestado à criança e à família. (AGUIAR, 2001, p. 32)

Tendo em vista essa realidade de ditadura militar, aflorou no Brasil os movimentos sociais, que também lutavam por melhorias nos atendimentos das creches, além de lutar pela ampliação do atendimento. Essa luta, que também contava com o movimento feminista, resultou no aumento do número de creches, trazendo para o Estado a responsabilidade de administrá-las.

A reivindicação além de ser comandada pelos movimentos populares de luta por creches, teve também o apoio do movimento feminista. As consequências desses movimentos foram um acréscimo do número de creches organizadas, sustentadas e administradas diretamente pelo Poder Público e um acréscimo da participação das mães no trabalho realizado pelas creches. (AGUIAR, 2001, p. 33)

Parte das reivindicações dos movimentos sociais, se pautavam em ter as creches como um espaço para além da assistência, fazendo com que ao passar do tempo existisse uma mudança na concepção das creches. Essas mudanças seriam em relação ao papel fundamental da creche, partindo de apenas assistencialista, para um espaço de educação e desenvolvimento das crianças.

O processo de superação daquela visão assistencialista, de cuidados, que predominava nas creches e na sociedade em geral, ao invés de se enxerga-la como instituição educativa, se ocorreu e ainda ocorre, necessariamente deve-se aos movimentos sociais, principalmente o feminista. (AGUIAR, 2001, p. 33)

Como resultado dessas reivindicações, além da ampliação do atendimento, iniciou-se uma discussão sobre o caráter educativo da creche. Nesse sentido, a creche passou a ser reconhecida como um ambiente educativo, principalmente após ser incluída na Constituição de 1988 como um direito das crianças de 0 a 6 anos. Agora, chega o momento de pensar a educação infantil como uma etapa também de aprendizado, onde precisa ter profissionais qualificados(as) e comprometidos(as) com o desenvolvimento integral das crianças que frequentam esse espaço. Ainda, a inclusão das creches na Constituição, demonstra a

mudança da visão da sociedade e do Estado em relação às crianças, pois agora possuem o direito à educação garantido dos 0 aos 6 anos.

Nos últimos anos, o debate sobre creches tem tido considerável avanço no país. O esforço de grupos, interessados na política pública, possibilitou a inclusão da creche na Constituição Brasileira de 1988, como uma ampliação do direito universal à Educação, de crianças com 6 anos ou menos. Isso significa reconhecer, nela, uma instituição legítima, capaz de adquirir uma identidade própria e definir uma política específica. (PELICIONI; CANDEIAS, 1997, p. 75)

Percebendo o percurso histórico da criança, bem como a imagem que ela representa para a sociedade, vemos que recentemente a criança passou a ser enxergada como um ser de direito de atenção, cuidado e respeito, como afirma Oliveira e Miguel (2012). Sendo assim, também é recente a responsabilidade que é passada para a creche de trabalhar ativamente para contribuir para o desenvolvimento integral das crianças.

As instituições de educação infantil passam a ter a responsabilidade de oferecer às crianças condições para aprendizagens que podem ser na forma de brincadeiras ou aquelas propiciadas por situações pedagógicas, sejam elas intencionais ou orientadas por adultos. Vale dizer que tais aprendizagens se integram ao processo de desenvolvimento infantil. (OLIVEIRA; MIGUEL, 2012, p. 6)

Passando por todas as concepções já destacadas anteriormente, hoje temos a escola como direito da criança e como um espaço educativo. Entretanto é necessário investigar quais resquícios das antigas concepções ainda persistem e qual mudança de fato ocorreu em relação ao ensino e aprendizado dos(as) bebês dentro dessas instituições, e principalmente, qual tem sido a finalidade das creches atualmente.

A IMPORTÂNCIA DA RELAÇÃO PROFESSOR(A) E BEBÊ

Sobre a educação infantil, especificamente sobre as creches, Rosemberg (2015) traz contribuições importantes sobre como foi organizada a educação infantil e como foi a tentativa de unificar a creche e a pré-escola com o sistema de ensino, trazendo reflexões sobre a persistência do assistencialismo no início da educação básica. Segundo a autora, a etapa da educação infantil foi dividida entre creche e pré-escola, sendo que nas creches, se tratava da etapa onde não era necessário existir uma formação para estar em contato com os(as) bebês.

É necessário assinalar que a educação infantil foi forjada em torno de duas situações: de um lado, o jardim da infância, “semente” histórica (para permanecer na metáfora) da pré-escola, integrado ao sistema de ensino, atendendo preferentemente crianças de 4 a 5 ou 6 anos; de outro lado, a creche, vinculada às instâncias da assistência, sem carreira profissional formalizada. A tendência à unificação foi recente, incompleta e ameaçada, como veremos. (ROSEMBERG, 2015, p. 169)

Essa falta de formação especializada para estar com os(as) bebês deixa evidente uma precarização em relação à educação de bebês, pois uma pessoa sem conhecimento sobre seu desenvolvimento, e sem preparo para lidar com os pequeninhos tem como finalidade ser apenas um(a) cuidador(a).

Como já apresentado anteriormente, as creches surgiram no contexto em que as mães que passaram a ser chefes de família, assumiram trabalho nas indústrias e precisavam de um lugar seguro para deixar suas crianças. Entretanto, com as mudanças nas políticas públicas, resultados das lutas sociais, principalmente do movimento feminista, temos hoje uma creche que possui outra finalidade. Rosemberg (2015), coloca reflexões importantes sobre essa antiga visão da creche. De acordo com a autora, o fato das creches serem um recurso importante para as mães trabalhadoras, e terem surgido com esse fim, pode reforçar a ideia da creche como um direito das mães ao trabalho, ignorando o direito dos(as) bebês à educação (ROSEMBERG, 2015).

Atualmente, temos um cenário diferente dos (as) bebês que frequentam as creches, devido à ampliação do acesso à educação, como destaca Rosemberg (2015):

Assim, a expansão pela busca/oferta da educação infantil não se explica apenas pelo trabalho materno, pois um número significativo de crianças pequenas que frequentam creches infantis/pré-escolas são filhos de mães que não trabalham fora, sejam elas mais ou menos ricas, instruídas, chefes de lar ou cônjuges. Isto é, a expansão da educação infantil, principalmente da pré-escola, encontra sua razão de ser em uma nova concepção de direitos da pequena infância e das mulheres. (ROSEMBERG, 2015, p. 180)

Com essa nova concepção de creche, trazendo agora esse espaço como um direito dos(as) bebês à educação, surge a necessidade dos(as) profissionais da creche pensá-la também dessa maneira. Considero que para enxergar a creche como um espaço de aprendizado é preciso revisitar nossas concepções de professor(a) e de infância. A figura do(a) educador(a) não pode ser o centro das interações, o desenvolvimento está além do que o(a) professor(a) media ou propõe, ele acontece a todo momento. Os(as) bebês não são apenas resultados do que é proposto ou mediado, são seres ativos no próprio desenvolvimento. Sendo assim, a vivência dentro das creches não se baseia apenas na relação professor(a) e bebê, também se desenvolve nas relações entre as(os) próprias(os) bebês e o espaço em que estão inseridas. Ali, estão experienciando seus primeiros contatos com o mundo, com seu corpo, com o corpo do outro, com as estruturas que fazem parte daquele lugar.

Abordando essas experiências com o próprio corpo e corpo do outro, recorro a Bufalo (1997), que traz importantes reflexões acerca do corpo. De acordo com a autora, as relações com o corpo são desvalorizadas, pois remetem a cuidados básicos como: higiene, alimentação, ou seja, cuidados domésticos. Entretanto, Bufalo (1997), enxerga o corpo como uma linguagem; além disso, destaca a importância de analisar tal linguagem, com a finalidade de conhecê-la. Acrescento ainda, que conhecer essa linguagem corporal dos(as) bebês compreende também identificar suas necessidades, trazer conforto e confiança ao toque e ensiná-los sobre consentimento e respeito ao próprio corpo e ao corpo do outro.

Se propor a conhecer as linguagens dos(as) bebês, identificando suas necessidades, colocam eles(as) como o centro das ações da professora ou professor, entretanto, essa ideia traz incômodos, como destaca Coutinho (2002):

Essa ideia da criança como o centro, seja nas investigações ou nas ações pedagógicas, incomoda ainda a muitos, por acharem que ao colocá-la nessa posição propõe-se a desconsideração dos demais

elementos. No entanto esta perspectiva visa trazer mais elementos para que se conheçam as crianças e assim se possa propor uma educação mais condizente com as suas necessidades e desejos. (COUTINHO, 2002, p.12)

Sabendo disso, entendemos que enxergar a criança como centro das ações, parte da visão do(a) professor(a); ter cuidado e atenção às diferentes formas de expressão das(os) pequeninhas(os) requer sensibilidade, além de compromisso. Esse compromisso parte das concepções que a educadora ou educador tem sobre a educação infantil e sobre seu próprio papel. As contribuições de Cruz (2012), são de extrema importância para entender o papel da educação infantil e do(a) professor(a) em relação aos(as) bebês, trazendo a relevância do trabalho pedagógico intencional para propiciar experiências que promovam o desenvolvimento integral dos(as) bebês. De acordo com Cruz (2012), o(a) bebê precisa estar em ambiente onde seja possível o contato com outras crianças, além de ter liberdade para se desenvolver plenamente. Sendo assim, o trabalho pedagógico é fundamental para que essas experiências ocorram de maneira coerente com a faixa etária dos(as) bebês e com a realidade social que cada um traz do seu meio familiar. O papel do(a) professor(a) é crucial para proporcionar diferentes relações com o meio, com os objetos e com o outro.

A discussão sobre o papel do(a) professor(a) na educação infantil é de extrema importância para refletir sobre as noções de educação que se tem em relação à faixa etária da creche. De acordo com Coutinho (2002), a questão do cuidado na creche ainda é muito desvalorizada, sendo percebida como uma atividade não-pedagógica. Essa desvalorização, também recai sobre as educadoras(es), onde o professor(a) ainda é visto(a) apenas como um(a) cuidador(a), e além disso, a educação infantil é reconhecida como uma profissão feminina, pois é comparada a cuidados maternos. Essa visão do trabalho pedagógico implica na desvalorização dessa área, onde os(as) profissionais acabam denominados(as) como inferiores em relação aos(as) educadores(as) das outras etapas escolares.

O imaginário popular e até dos meios oficiais pouco afeitos às reflexões sobre a criança e a educação infantil referendam, ainda, a perspectiva romântica do século passado, de que para atuar com crianças de 0 a 6 anos basta ser "mocinha, bonita, alegre e que goste de crianças", e a idéia de que não há necessidade de muitas especificações para instalar escolas infantis para os pequenos (KISHIMOTO, 1999, p.74)

Nesse sentido, é possível perceber a importância em discutir sobre infância, sobre as instituições de educação infantil e ainda, sobre o assistencialismo, pois esses espaços precisam de profissionais que enxerguem a educação de bebês para além do cuidado biológico, mas como uma tarefa política. Atualmente temos estudos em relação à infância, ao desenvolvimento, mas será que o assistencialismo deixou de estar presente dentro das creches? Fuly (2012) vai dizer que mesmo levando em consideração a evolução das instituições de educação infantil, ainda é comum existir creches que priorizam apenas o cuidado.

Para pensar criticamente sobre a persistência do assistencialismo dentro das creches, os(as) profissionais desta área necessitam de intencionalidade na prática, repensar e criticar sempre suas ações para que o objetivo seja sempre proporcionar aos(as) bebês diferentes experiências, acompanhar suas interações e mediando sempre que necessário, e acima de tudo, olhar para o(a) bebê como um ser de direito. Também é necessário que os(as) educadores(as) identifiquem seu papel dentro das creches. Nessa etapa escolar os(as) bebês iniciam seu desenvolvimento enquanto ser humano e ser social. Dentro das escolas, passam a ter contato com uma rotina diferente da familiar, aprendem a identificar suas necessidades e como comunicar para o outro, além de estar em um espaço que proporciona interação com bebês da mesma faixa etária e que estão passando pelo mesmo processo, descobrindo o mundo que os cercam. Por esse motivo, a atenção e a observação do(a) professor(a) precisa ser com intencionalidade. O cuidar, o ouvir e o intervir precisa ocorrer de maneira objetiva e com coerência. Prado e Anselmo (2019) escreve sobre essa atenção e observação ativa do(a) professor(a), e segundo ela, os(as) professores(as) precisam se alfabetizar nas diversas formas de linguagem que os (as) bebês possuem, nesse sentido, para além de ver e escutar, é preciso também sentir os(as) pequeninhos(as).

Portanto, para além de ser apenas um observador do processo de desenvolvimento, o(a) professor(a) precisa viver esses momentos junto do(a) bebê, essa participação com intencionalidade diz sobre vivenciar com as crianças, sobre ser e estar presente. Segundo Prado (2021), o mundo adulto parece analfabeto em relação às linguagens dos bebês. Mesmo antes da linguagem oral, já existe uma comunicação entre eles, com o(a) professor(a) e com o mundo que os cercam. Nesse sentido, o(a) educador(a) precisa estar atento(a) a essas diferentes formas de comunicação e expressão. Quando pensamos sobre o cuidado do(a) educador(a) em relação aos bebês é preciso ter atenção, pois ele deve existir, mas em conjunto com diversas interações entre eles, com os outros bebês, com crianças maiores. O afeto e o cuidado não precisam partir apenas do

vínculo entre educador e bebê, visto também, que mesmo muito pequenos, conseguem interagir uns com os outros e essa relação de troca é extremamente importante para seu desenvolvimento.

Além dessa intencionalidade que precisa vir das práticas pedagógicas, Cruz (2012) diz que a creche precisa de educadores(as) que estejam preparados para lidar com crianças que estão nessa faixa etária. E essa preparação, ainda segundo a autora, precisa levar em consideração os aspectos básicos de desenvolvimento de cada idade. Ainda, o(a) professor(a) precisa ter domínio de práticas que irão mediar esse processo de desenvolvimento. Sendo assim, é importante que conheça diferentes teorias que servirão de base para a elaboração de suas atividades e que irão refletir sobre a visão que tem sobre os pequenos

Essas atitudes em relação aos(as) bebês rompe com ideia de que a educação infantil é apenas cuidado, e é por isso que o trabalho pedagógico precisa ser contra a ideia de que as creches oferecem serviço apenas assistencialista, é preciso mostrar que se trata de um ambiente de aprendizagem, e que por mais que pareça apenas cuidado, tudo dentro das creches é pedagógico.

Segundo Oliveira e Miguel (2012), as creches não possuem a responsabilidade de trabalhar cuidado e desenvolvimento de maneira isolada, mas sim, de maneira conjunta; o cuidar e o educar precisam estar presentes igualmente. Ainda, as(os) professoras(es) precisam ter domínio das diferentes linguagens que as crianças apresentam, fazendo com que essas instituições sejam espaços que contribuem para o desenvolvimento das crianças nos diferentes aspectos: físico, cognitivo, motor, social e afetivo, trazendo experiências diferentes do ambiente doméstico.

Segundo Prado (2021), a brincadeira é uma atividade importante para o desenvolvimento cognitivo e motor, além de também contribuir para as dimensões emocionais e sociais. Por meio da brincadeira o(a) bebê consegue explorar de maneira autônoma o ambiente ao seu redor e aprende a conviver com as diferentes crianças e adultos que também ocupam aquele espaço. É possível buscar essas contribuições da creche para o desenvolvimento dos(as) bebês nas pesquisas de Prado (2021). Em sua pesquisa, ela observou uma creche pública, onde se atentou a todos os profissionais que estavam em contato com os(as) bebês de 0 a 3 anos, além de observar as relações entre as(os) professoras(es),

monitoras(es) e bebês. Alguns dos questionamentos que ela traz em sua pesquisa é sobre o brincar:

Brincar para quê, afinal? Para preparar as crianças para a pré-escola e para o primeiro grau? Para torná-los alunos independentes e autônomos? Permitindo-lhes então a imitação, a exploração, a tateação, a observação e a reelaboração do mundo? E a construção, a busca, a invenção, a destruição, a transformação e a confrontação de realidades sociais? Brincando, nem sempre num ato permitido, as crianças pequeninhas eram capazes de ir além do que estava colocado, estabelecido, determinado, e assim, apreendiam o mundo e o significava, arrebatavam-se e escapavam aos limites do corpo e da mente, eram plenas, inteiras – brincavam pelo prazer de brincar como um fim em si mesmo. Brincavam para nada. (PRADO, 2021, p. 14)

Esses questionamentos trazem uma importante reflexão sobre o que acontece dentro das creches além do cuidado, e que contribui para o desenvolvimento das(os) bebês. Mesmo na brincadeira, algo muitas vezes visto sem valor para os adultos, está inserido diferentes aspectos que contribui no desenvolvimento de habilidades. Outro aspecto que Prado (2021) destaca em suas observações é o processo de socialização, segundo sua observação o processo de socialização se assumia por meio das regras que eram criadas, partindo dessas regras, os (as) bebês passavam a ter referências de condutas, sendo possível compreender regras sociais e de convivência. Uma característica importante que foi destacada na pesquisa de Prado (2021) é que as criações de regras também contavam com a participação dos(as) pequeninhos(as), mostrando uma importante relação entre professor(a) e bebê, onde suas vontades e interesses também são respeitados e acolhidos.

Entretanto, torna-se importante apontar que, no espaço contraditório da creche, monitoras e professoras também foram observadas negociando regras de conduta ou das brincadeiras com as crianças, mediando conflitos de forma democrática, e estendendo às crianças a possibilidade de decisões e de escolhas na organização das atividades, e de algumas brincadeiras – uma relação pedagógica de mão dupla que pode (e deve) ser ampliada. (PRADO, 2021, p. 13)

Abordando as brincadeiras como uma importante atividade para o desenvolvimento dos(as) bebês, Prado (2021) destaca ainda um outro aspecto, o(a) professor(a) que também brinca, ou como chamado por ela, a professora brincalhona. Esse aspecto mostra o(a) professor(a) e bebê como parceiros no aprendizado, pois além do(a) bebê se desenvolver nesse processo, também é possível que o(a) professor(a) reviva sua infância, se desprendendo da concepção

de que a brincadeira é exclusiva do mundo infantil, além de permitir uma conexão maior com os(as) pequeninhos(as).

Adultos e crianças como parceiros sociais, brincavam e aprendiam através de mediações com o outro, que ensinava e fazia junto, numa construção compartilhada de signos, significados e visões de mundo, apropriando-se dos diversos bens culturais e os construindo ao mesmo tempo, entre lembranças de adultos que brincaram quando crianças, ou não, entre novas brincadeiras lembradas, aprendidas ou inventadas, exibindo que, mais do que coisa de criança, elas são de todos aqueles que ousarem tornar-se criança também! (PRADO, 2021, p. 14)

Essa relação de parceria entre professor(a) e bebê é extremamente importante para o desenvolvimento dos(as) pequeninhos(as), a participação do professor(a) com o próprio corpo estimula o(a) bebê tanto no aspecto sensorial, como em seu aprendizado. Considerando que o corpo é uma ferramenta importante de comunicação, como já citado anteriormente, quando o(a) professor(a) interage com o(a) bebê, também está desenvolvendo repertório de comunicação, seja com gestos ou sons, estimulando a comunicação não-verbal. Prado (2021) faz algumas considerações sobre essa interação dos(as) bebês entre si e com os adultos que foi observada em sua pesquisa, de acordo com ela:

Brincando entre os adultos ou com eles, as crianças não só assimilavam ou recriavam a experiência sociocultural dos adultos: elas imitavam, reproduziam, construía, criavam sua própria experiência de cultura, tanto mais, quando brincavam entre elas, seja no espaço atendido e controlado da creche, seja naqueles espaços em que elas escapavam ao controle do adulto e burlavam as regras estabelecidas, como que se aproveitando de qualquer instante em que se encontravam sozinhas, para brincarem mais livremente, juntas ou isoladamente, em silêncio ou não, como pude observar, muitas vezes, no caminho para os banheiros ou dentro deles, no galpão, nas varandas, na floreira, nos parques e até mesmo nas salas e refeitórios. (PRADO, 2021, p.14)

Nesse sentido, entendemos que a figura do(a) professor(a) é importante para que o(a) bebê consiga se espelhar, mas para além disso, é importante para que o(a) bebê consiga produzir seu próprio conhecimento sobre a realidade. Sendo assim, é preciso que os(as) educadores(as) tenham esse compromisso com a educação dos(as) bebês, que proporcionem todas essas experiências de cuidado, de afeto, de desenvolvimento de habilidades para garantir os direitos que já estão previstos, mas que ainda precisam ser colocados em prática.

Prado (2021,p.11), propõe a “retomada de uma infância que se encontra adormecida, mascarada no interior de cada um de nós”. Segundo ela, essa infância:

[...] também torna possível a sensibilidade de construção do sujeito pesquisador que, para mergulhar no mundo do outro, deve sair em busca de seu interior, de sua subjetividade, fazendo dela sua própria condição, num exercício de ir e vir entre o que é a infância, o que seja fazer parte dela e a tentativa de compreendê-la." (PRADO, 2021, p.11)

Retomar essa infância, também significa olhar para ela com carinho, afeto e respeito; também significa valorizá-la. E essa valorização, quando vinda do(a) professor(a) garante com que ele(a) consiga ver o(a) bebê como um ser de direito, pensando em seu desenvolvimento integral, tentando garantir que sua infância seja vivida plenamente, enquanto no ambiente da creche. Portanto, devemos considerar que a importância da relação professor(a) e bebê vai além de cuidados biológicos; ela é essencial para que o(a) bebê consiga se desenvolver em suas primeiras experiências com o mundo, sendo crucial para o seu desenvolvimento emocional, social e cognitivo. Eles(as) precisam de interações significativas e laços emocionais, sendo assim, ao estabelecer um vínculo afetivo com cada bebê, o(a) professor(a) cria um ambiente propício para a exploração e aprendizado.

Essa proximidade e confiança permitem que o(a) bebê se sinta seguro(a) para explorar o ambiente, experimentar sensações e se desenvolver. Além disso, quando o(a) professor(a) oferece estímulos adequados, termina por promover seu desenvolvimento integral. Mas para isso, é preciso que essa atuação seja realizada com compromisso e sensibilidade em relação aos(as) bebês, fazendo com que essa relação de cuidado e respeito reflita na valorização dos(as) pequeninhos(as). Desta forma, é preciso que o(a) educador(a) valorize infância, garantindo que os direitos dos(as) bebês à educação sejam respeitados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O assistencialismo está presente nas creches desde sua criação, onde a creche era vista como um espaço seguro para as crianças e que atendiam apenas às necessidades de higiene, alimentação e segurança. Com as mudanças nas políticas públicas, conseguimos hoje uma creche que enxerga o(a) bebê como um ser de direito à educação. A creche hoje é reconhecida por lei como um espaço que precisa ser de aprendizagem, além disso, precisam trabalhar no desenvolvimento dos aspectos: cognitivo, motor, emocional e afetivo. Mesmo existindo essa garantia por lei, ainda é preciso que de fato exista uma educação de qualidade dentro desses espaços, que supere a ideia de que o(a) bebê que está na creche precisa apenas de cuidados biológicos. Essa mudança de concepção também precisa partir do(a) educador(a). O(a) professor(a) precisa enxergar em sua prática potencial para garantir o desenvolvimento integral do(a) bebê, além disso, a relação professor(a) e bebê precisa ser valorizada e priorizada por ele(a). Quando essa relação é intencional, existe afeto e responsabilidade, podendo contribuir no desenvolvimento de diferentes habilidades dos(as) bebês. Mas cabe ao profissional ter esse compromisso com os(as) pequeninhos(as) e enxergá-los para além do cuidado biológico; enxergar os(as) bebês sujeitos de direitos à educação.

Ao longo do texto, foi possível discutir sobre a importância do contato entre o(a) professor(a) e o (a) bebê. As(os) autoras(es) escolhidas(os), trazem uma importante visão sobre a relação entre o assistencialismo e a educação infantil. Ao abordarem esses temas, nos levam a uma perspectiva crítica da creche, onde podemos entendê-la como um ambiente que vai além do cuidado. Além disso, compreendem que apesar da finalidade inicial da construção das creches, se trata de uma finalidade que têm mudado, que hoje enxerga a creche como um ambiente de desenvolvimento e de extrema importância para as(os) pequenas (os). Quando os autores nos levam a enxergar a educação infantil como uma etapa para além do assistencialismo, destacando a importância de cada parte da rotina para o desenvolvimento dos(as) bebês, torna-se evidente que a creche pode existir como um espaço de desenvolvimento integral.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Beatriz Carmo Lima de. **A instituição creche: apontamentos sobre sua história e papel**. Nuances: Estudos sobre Educação, Presidente Prudente, v. 7, n. 7, 2009. DOI:

10.14572/nuances.v7i7.133.

Disponível

em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/133>.

BRASIL. **Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 23 dez. de 1996.

CRUZ, Denize da Silva Dias. **O berçário como espaço de desenvolvimento infantil**. 2012. 37 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2012.

Disponível

em:

<https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1900/1/PDF%20-%20Denize%20da%20Silva%20Dias%20Cruz.pdf>.

COUTINHO, Ângela Maria Scalabrin. **As crianças no interior da creche:: a educação e o cuidado nos momentos de sono, higiene e alimentação..** 2002. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Ilha de Santa Catarina, 2002. Disponível em: [file:///C:/Users/Biblioteca/Downloads/182117%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Biblioteca/Downloads/182117%20(1).pdf).

FULY, Viviane Moretto da Silva. **Educação infantil: da visão assistencialista à educacional**. INTERFACES DA EDUCAÇÃO, [S. l.], v. 2, n. 6, p. 86–94, 2012. DOI:

10.26514/inter.v2i6.588.

Disponível

em:

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/588>.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Política de formação profissional para a educação infantil: Pedagogia e Normal Superior**. Educação & Sociedade [online]. 1999, v. 20,

n. 68, pp. 61-79.

Disponível

em:

<<https://doi.org/10.1590/S0101-73301999000300004>>. Epub 02 Out 2000. ISSN 1678-4626. <https://doi.org/10.1590/S0101-73301999000300004>.

OLIVEIRA, Marcia Aparecida, DONELLI, Tagma Marina Schneider e CHARCZUK, Simone Bicca. **Cuidar e educar: o sujeito em constituição e o papel do educador.** Psicologia Escolar e Educacional [online]. 2020, v. 24.

Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/2175-35392020213679>>. Epub 30 Mar 2020. ISSN 2175-3539.

OLIVEIRA, Débora Regina de; MIGUEL, Ana Silvia Bergantini. **A nova concepção de creche pós-LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-Lei nº 9.394/96).** Revista Fafibe, v. 5, n. 5, 2012.

PELICIONI, Maria Cecília Focesi; CANDEIAS, Nelly Martins Ferreira. **A creche e as mulheres trabalhadoras no Brasil.** Journal of Human Growth and Development, v. 7, n. 1, 1997.

PRADO, Patrícia Dias; ANSELMO, Viviane Soares. **Masculinidades, feminilidades e dimensão brincalhona:** reflexões sobre gênero e docência na educação infantil. **Pro-Posições**, [S.L.], v. 30, p. 1-21, 2019. FapUNIFESP (SciELO).

<http://dx.doi.org/10.1590/1980-6248-2017-0137>.

PRADO, Patrícia Dias. **Educação e culturas infantis: crianças pequenininhas brincando na creche.** 2. ed. Campinas: Editora Autores Associados, 2021. *E- book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

ROSEMBERG, Fúlvia. **A cidadania dos bebês e os direitos de pais e mães trabalhadoras.** In: FINCO, Daniela *et al* (org.). *Creche e feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora*. Campinas: Leitura Crítica, 2015. p. 163-184.